

ANTIRRACISMO E UM “OUTRO” HUMANITARISMO DO ABRAÇO CULTURAL

*Mirian Alves de Souza
Mohammed El Jazouli
Sylvia Koberwa*

A produção científica de antropólogos negros e negras e a divulgação de respostas humanitárias fora do Norte Global têm sido negligenciadas no campo acadêmico. O silêncio da antropologia diante da obra da afro-americana Zora Neale Hurston (1891-1960) tem sido questionado (Walker 2018; Basques, 2019; Echazú *et al.*, 2021; Costa; Rodrigues, 2021). A recente “descoberta” de seus livros antropológicos, para além de sua obra literária, e o emergente papel dos próprios refugiados na busca de seus direitos e atuando para a sua “ajuda” humanitária (Harrell-Bond, 1986; Malkki, 1995; Pacitto e Fiddian-Qasmieh, 2013; Bauer-Amin, 2017; Souza e Manfrinato, 2020; Adi *et al.*, 2021) são exemplos de ruptura com o silenciamento imposto a corpos racializados como autores e agentes de suas próprias vidas.

Zora Neale Hurston, ainda na década de 1930, oferece uma perspectiva crítica sobre as exclusões raciais que marcam o colonialismo. Em *Barracoon: the story of the last “Black Cargo”* (Barracão: a história da última “Carga Negra”), Hurston apresenta a história de Oluale Kossula (1841-1935). Com 19 anos, Kossula foi arrancado de sua cidade, Bantè, Benin, e, através de

uma longa jornada, levado aos Estados Unidos, onde morreu no Alabama com o nome de Cudjo Lewis. Kossula foi vítima da migração forçada que deslocou milhares de africanos e não viu o fim das Leis Jim Crow¹. Quando estava viúvo, com mais de oitenta anos, e já tinha perdido todos os seus filhos, Kossula encontrou em Zora Hurston uma escuta engajada. Durante três meses, Hurston o entrevistou.

Meu nome, não é Cudjo Lewis. É Kossula. Quando eu cheguei na América, Senhor Jim Meaher tentou chamar o meu nome, mas ele é muito longo, você me entende, então eu disse, “Bem, o senhor é meu proprietário?” Ele disse, “Sim”. Depois eu disse, “Você me chama de Cudjo. Então feito. Mas na África minha mãe me nomeou de Kossula” (Hurston, 2018, p. 19-20, tradução nossa).

Buscando fidelidade à maneira de contar histórias de Kossula, Hurston registrou sua narrativa através da escrita, privilegiando uma grafia que capturasse a oralidade. Hurston apostou na narrativa de Kossula e estava certa ao desafiar os editores brancos que não quiseram publicar *Barracoon* pela linguagem e sob o argumento de que a história de um indivíduo não é relevante e pouco explica sobre o comércio transatlântico de africanos. *Barracoon* refuta isso ao mostrar, como argumenta Coates (2015, p. 153) que “a escravidão não é uma massa indefinível de carne. É uma mulher escravizada particular e específica, com uma mente tão ativa quanto a sua, com sentimentos tão vastos quanto os seus”.

1 Jim Crow se refere ao sistema social que se desenvolveu nos Estados Unidos depois da Guerra Civil. Jim Crow é o nome de um personagem teatral utilizado para estereotipar pessoas negras como sub-humanas, preguiçosas, ridículas e sem valor. Em 1896, a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em Plessy V. Ferguson sancionaria Jim Crow. A decisão manteve a doutrina de “separados, mas iguais”, normatizando a segregação de raças em espaços públicos e efetivamente deu início à segregação na lei na sociedade americana (Hurston, 2018, p. 245-246).

Kossula chegou aos Estados Unidos no último navio de africanos escravizados no país. A sua biografia oferece um “retrato para a humanidade negra” e uma perspectiva singular para compreender a migração forçada da África, a escravidão de africanos e seus descendentes e o racismo nos Estados Unidos. Para Hurston, a crítica ao racismo e ao colonialismo exigia expor a categoria de humanidade como excludente e racista.

Kossula não era apenas um repositório do gênio negro, escolhido para algumas histórias, contos e frases pitorescas, e Zora Neale Hurston sabia disso. Ela não via *Barracoon* como mais um artefato cultural que ilustrava as características teóricas da expressão negra, mas como um retrato singular da humanidade negra. (Plant, 2018, p. 256).

Hurston defendia a importância de narrativas sobre as comunidades afro-americanas e da diáspora negra que enfatizaram o seu cotidiano, suas paixões artísticas, seus relacionamentos afetivos e amorosos, assim como suas hierarquias de poder e diversidade (por que não falar da elite e da classe média negras?). *Barracoon* apresenta a narrativa de Kossula para além de uma história superficial sobre sua condição de última “carga”. Hurston descreve as angústias de um homem que foi arrancado de seu mundo, de sua família, de suas palavras, e enviado como uma “carga” para outro continente, passando por uma série de experiências traumáticas, como as que começaram no *barracoon*², ainda no continente africano. *Barracoon*, entretanto, descreve sobretudo o cotidiano de Kossula, os eventos que ele considera mais relevantes, como a sua vida familiar em Bantè, a cultura yorubá, o valor do seu trabalho expropriado em uma fazenda do

2 A palavra “barracoon” refere-se aos espaços nos quais as pessoas capturadas eram mantidas na Costa Africana antes de serem embarcadas nos navios.

Sul, sua alegria com a liberdade, sua revolta por uma emancipação sem reparação econômica, seu aprendizado em relação às leis, a conquista de suas terras (e a formação da Africatown), suas orações na Igreja Batista, seu casamento com Abile Lewis e as memórias da vida e morte dos seis filhos.

Consideramos que *Barracoön* foi escrito na década de 1930, mas somente publicado em 2018, e oferece uma enorme contribuição para o campo da antropologia da migração forçada. Hurston não revitimiza Kossula com a exposição e repetição de narrativas de sofrimento e dor. *Barracoön* não simplifica a complexa existência de Kossula aos traumas e violência da despossessão. O deslocamento forçado e a vida no exílio³ são apresentados em um quadro que compreende outros muitos aspectos da história de Kossula. O livro dá centralidade aos “eventos” do seu cotidiano, marcado pelo exercício persistente de refazer a própria vida.

A produção antropológica contemporânea tem enfatizado a importância do cotidiano e da atenção aos detalhes sociais do dia a dia que constituem grandes “eventos” para as pessoas comuns (Herzfeld, 2009, p. 171). Em *Life and words* (Vida e palavras), baseando-se, sobretudo, nas caóticas consequências de dois momentos nacionais na história da Índia, a partição do subcontinente em 1947 e o assassinato de Indira Gandhi por seu guarda costas sikh em 1984, Veena Das (2007) focaliza os “eventos” do cotidiano. Das argumenta que seu interesse não é descrever os momentos de horror, mas, sim, explorar o que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória de tais eventos é dobrada em relacionamentos contínuos. Para Veena (2007, p. 8), é preciso

3 Diante da liberdade sem indenização, Kossula não teve escolha a não ser ficar nos Estados Unidos.

reconhecer a “agência dos sujeitos não apenas em atos heroicos e no extraordinário, mas na descida ao cotidiano”. As interlocutoras de Das, mulheres que vivenciam uma vida de violências, são agentes, porque possuem uma enorme capacidade de “juntar pedaços e viver no próprio lugar da devastação”.

As práticas do dia a dia de pessoas que sobreviveram a eventos traumáticos e cujos mundos sociais foram virados de cabeça para baixo pelo deslocamento e pela violência apontam formas de agência que consistem em uma “descida ao cotidiano” (Billaud; Delauri, 2016, p. 64). Das identifica como a descida ao cotidiano o processo pelo qual os indivíduos refazem a vida. A noção de agência que desenvolvemos tem a ver com uma atenção ao ordinário, opondo-se a uma fuga do comum (Das, 2007). Construímos este texto a partir de uma estrutura narrativa que busca realçar a agência de nossas interlocutoras e interlocutores ao refazerem suas vidas. Elas e eles estão envolvidos em iniciativas que demonstram uma agência significativa em sua capacidade para superar os obstáculos que enfrentam (como racismo, desemprego, acesso à saúde, educação, moradia e processos legais) desafiando a percepção de que não atuam em sua própria “ajuda”.

Malkki (1995) e Harrell-Bond (2002) questionam organizações humanitárias que reproduzem discursos e imagens padronizados sobre os refugiados, caracterizando-os como “meras vítimas”, “puramente humanos”, “corpos feridos amontoados sem história ou identidade” ou como “um tipo generalizado e idealizado”. O efeito da universalização de grupos deslocados particulares na categoria “vítima humanitária”, “refugiado” e o seu tratamento como apenas “humano”, argumentam as autoras, tem sido, justamente, a desistoricização, a despolitização e o conseqüente silenciamento desses sujeitos.

Hamid (2012), Pacitto; Fiddian-Qasmieh (2013), Schiocchet (2017), Carpi (2020); Souza e Manfrinato (2020) questionam a imagem das pessoas refugiadas como “corpos que precisam ser salvos”, pessoas completamente necessitadas e desesperadas, mostrando seus esforços individuais e coletivos para o acesso a direitos. A condição de vítima não deve obscurecer a capacidade de agência dos sujeitos face aos seus desafios cotidianos. A partir de sua experiência de campo com refugiados na Áustria, que são responsáveis pelo “acolhimento” de outros refugiados, Bauer-Amin (2017) argumenta que mesmo sendo vítimas de perseguições, violências e muito mais, os seus interlocutores preferiam ser reconhecidos como agentes de suas próprias vidas. Souza (2020) argumenta que sua interlocutora não apenas criticava a retórica humanitária de salvação como também insistia para que os trabalhadores humanitários atendessem suas demandas concretas. Ela mostra que ela tinha um cotidiano rico em desafios para serem descritos por sua etnografia.

Os dados que apresentamos aqui contribuem para essa perspectiva crítica, que questiona visões monolíticas sobre as vítimas de deslocamentos forçados. A nossa etnografia mostra, como a de Bauer-Amin (2017), Pacitto e Fiddian-Qasmieyh (2013) e Adi *et al.* (2021), que a agência das pessoas refugiadas emerge a partir da sua vida cotidiana, quando estão refazendo suas vidas. Enfatizamos as pessoas buscando deixar um emprego no qual são exploradas economicamente, sobrevivendo ao racismo no atendimento humanitário, fazendo novas amizades, matriculando uma criança na escola, sendo tratadas em uma unidade de saúde, aprendendo uma nova língua ou uma outra profissão.

Este texto foca a abordagem antirracista no ensino de línguas desenvolvida por professores exilados no Brasil. Pretendemos,

desse modo, contribuir para a bibliografia que registra experiências de antirracismo no ensino de idiomas (por exemplo, Nascimento, 2019; Ferreira; Camargo, 2013). Existem diferentes formas de antirracismos. Paul Gilroy (2000) argumenta que, assim como os racismos são sistemas culturais historicamente situados, também o são os antirracismos. Se a “anatomia do racismo” (Goldberg, 1990) é complexa, o mesmo ocorre com a anatomia do antirracismo. Os antirracismos assumem muitas formas, como mostra Malkki, por exemplo, antirracismo socialista ou antirracismo cristão, como veio a ser exemplificado na campanha antiescavidão. Eles também podem assumir a forma de tolerância liberal: “Somos todos diferentes e devemos valorizar essas diferenças”. Eles podem igualmente afirmar que somos todos “iguais” afinal, “a família humana”, “a família global”, a “Família do Homem” (Malkki, 2010, p. 78).

O ensino de línguas no curso de idiomas Abraço Cultural (doravante AC), cujos professores e professoras são pessoas refugiadas, tem referências culturais, geográficas e políticas do Sul Global⁴. Textos de escritores, como Yaa Gyasi, Abdellah Taïa e Chimamanda Ngozi Adichie e músicas de Amaarae, Stromae e Mashrou'Leila fazem parte das aulas e materiais didáticos do curso⁵. Na aula de inglês com uma professora de Uganda, os exercícios contêm nomes como Mohammed, Damba e Ifemelu. Na aula de francês com um professor marroquino, não se encon-

4 O uso da categoria Sul Global é para países classificados como terceiro mundo, subdesenvolvidos e periféricos, e Norte Global para primeiro mundo, desenvolvido, rico e central, não é feito sem uma visão crítica sobre este enquadramento. De todo modo, Sul e Norte são categorias que expressam o reconhecimento da mesma assimetria presente nas categorias acima mencionadas.

5 O AC produz livros, textos e blog. Disponível em: <https://www.abracocultural.com.br/blog/>.

tram apenas os nomes Simone e Marguerite, mas também Alika, Muna e Khadija.

As aulas do AC dão centralidade a atores e questões frequentemente silenciados no ensino de línguas estrangeiras no Brasil. No país, que tem a maior população negra fora do continente africano, os materiais didáticos reproduzem uma visão homogênea, etnicamente branca, de línguas coloniais como inglês e francês. Pesquisadores questionam o silenciamento de corpos negros nos livros didáticos (Ferreira; Camargo, 2013; Ferreira, 2014; Nascimento, 2019).

Os materiais didáticos são um exemplo da divisão étnica e do racismo velado na escola, muitos livros têm uma postura preconceituosa, machista, classista – em especial os materiais de Inglês, esses são marcados pela ideologia do branqueamento, a qual sobrepõe os brancos em relação aos negros (Ferreira; Camargo, 2013, p. 180).

A partir de sua pesquisa com professores de inglês na Bahia, Nascimento argumenta que a discussão sobre o

racismo foi usada para empregar uma metodologia mais inclusiva para envolver os estudantes negros. Os resultados apontam um engajamento positivo dos estudantes nas aulas se eles conseguirem ter inclusão de suas próprias identidades no programa (Nascimento, 2019, p. 208).

Os materiais didáticos produzidos pelo AC contêm textos, mapas, nomes e imagens do Sul. Os materiais, especialmente os livros, vêm dando cada vez mais centralidade a atores do Sul, buscando romper com uma estrutura de representação hegemônica branca do ensino de línguas. O AC busca ensinar idiomas a partir de referências culturais e geopolíticas fora do Norte Global. A proposta de ensino do AC envolve abrir espaços para outras biografias, pessoas, vozes e perspectivas.

O objetivo deste capítulo é dar visibilidade à abordagem antirracista do AC, um “outro” ator no campo humanitário no Brasil. A relação entre Direitos Humanos, humanitarismo e luta antirracismo se articula no texto, que nos aproxima da literatura contemporânea. Descrevemos como o uso de determinados autores literários, nas aulas de inglês e francês, permite o desenvolvimento dessa abordagem. Na literatura, encontramos experiências de racismo descritas e problematizadas a partir de diferentes ângulos. Em geral, os personagens são complexos e não podem ser reduzidos e obliterados. A abordagem antirracista do AC consiste em problematizar o racismo de diferentes formas e, para isso, a literatura tem muito a contribuir.

Abrço: “Outro” humanitarismo do Sul

O AC foi criado em 2015, em São Paulo e, em 2016, no Rio de Janeiro, Brasil. Escolhemos pesquisar o AC porque é um ator do campo humanitário que se diferencia nesse campo pelo protagonismo dado à pessoa refugiada. O curso tem como objetivo contribuir para a vida dos professores, oferecendo, sobretudo, trabalho remunerado. O AC forma pessoas que dominam as línguas árabe, espanhol, francês e inglês para se tornarem professores contratados pelo curso. É importante dizer que os professores refugiados são pessoas autoassentadas (*self-settled*) no Brasil e que não existe nenhum tipo de programa especial para o seu acolhimento no país⁶.

O campo humanitário brasileiro é marcado por organizações religiosas, como a *Cáritas*⁷, *Missão Paz* e *Serviço Jesuíta*, agên-

6 Para refugiados reassentados, existiram programas, os quais, a propósito, foram muito criticados nas etnografias de Hamid (2012), com refugiados palestinos, e Navia (2014) com refugiados colombianos.

7 O tema do refúgio no Brasil tem sua genealogia relacionada à Igreja

cias internacionais como o ACNUR e organizações de segurança como a Polícia Federal e o Exército. Organizações religiosas atuam fortemente nesse campo com uma linguagem marcada pelo vocabulário da neutralidade, compaixão, solidariedade e filantropia. De forma mais ampla, as organizações humanitárias religiosas têm uma longa história de resposta às pessoas refugiadas e são atores presentes na resposta da comunidade internacional a emergências relativas a refugiados e migrantes (Ferris, 2005, p. 311). Embora exista enorme diversidade no que chamamos de campo humanitário, predominam organizações baseadas nas linguagens da compaixão e da repressão. As tensões e disputas em torno da militarização dos Direitos Humanos (Miranda, 2014) e as relações de poder e cooperação entre atores securitários e humanitários (Medeiros; Anjos, 2020) no Brasil têm sido problematizadas. Ana Paula Miranda (2014) mostra que a segurança pública, tratada durante muito tempo como um tema restrito aos domínios jurídico e militar, em uma perspectiva formal, normativa e fragmentada (Lima, 1999), emerge nas últimas décadas como um dos temas de maior destaque na produção científica contemporânea no campo das ciências humanas.

Fassin (2019) mostra a contradição nos regimes de refugiados entre compaixão e repressão, explorando como esses dois lados não são mutuamente exclusivos. Tanto a proteção quanto o controle atuam no sentido de canalizar a agência por meio de mecanismos de tutela (Schicchet, 2017) e vitimização ou criminalização. Mesmo quando os estados reconhecem a necessidade de

Católica, que, através da Cáritas, acolheu refugiados políticos da América Latina em plena ditadura civil-militar no país. Lideranças religiosas católicas negociaram o acolhimento de refugiados com o Regime Militar e organismos internacionais, como o ACNUR, na década de 1970.

fornecer um “ambiente seguro e protetor” (Gibney, 2000, p. 690), eles frequentemente baseiam esse direito nas responsabilidades para os refugiados e em mecanismos de controle adicionais. A linguagem da proteção que produz criminalização e imobilidade tem sido problematizada por uma ampla bibliografia (Harrell-Bond, 2002; Ticktin, 2008; Fassin, 2019; Schiocchet, 2017).

Professores do AC diferenciam o curso de outras organizações humanitárias situadas entre a compaixão e a repressão. Os professores descrevem o AC como um ator diferente no campo humanitário, argumentando que o AC mobiliza a linguagem humanitária e, ao mesmo tempo, uma gramática de direitos, que problematiza desigualdades sociais e hierarquias de poder.

Este texto é resultado de um projeto de pesquisa, que focaliza a experiência do AC, descrevendo suas características de um “outro humanitarismo” do Sul Global, como define Pacitto e Fiddian-Qasmieh (2013). A pesquisa que desenvolvemos dá visibilidade a uma ação em contexto de Sul Global, desenvolvida por atores do Sul, e que busca dar protagonismo às relações Sul-Sul⁸. A ideia é romper com a tendência institucional dominante da pesquisa acadêmica sobre a história do humanitarismo, que se concentra nas ações e agendas dos agentes e instituições do Norte, simultaneamente negligenciando a capacidade de agência dos atores do Sul (Pacito; Fiddian-Qasmieh, 2013).

O AC é uma organização (formalmente definida como associação de direito privado sem fins econômicos) cujo ob-

8 A revista *Cadernos do Terceiro Mundo* é um registro das conexões entre países hoje classificados como Sul Global. A revista foi criada por um grupo de jornalistas, do qual fazia parte a cientista política Beatriz Bissio, e mantinha matérias com foco no Terceiro Mundo: América Latina, África e Oriente Médio.

jetivo é criar condições para a integração de refugiados, tanto do ponto de vista econômico, quanto sociocultural. De acordo com o *site* institucional:

Abraço cultural é um projeto pioneiro, que tem refugiados como professores de cursos de idiomas e cultura [...]. Seus principais objetivos são promover a troca de experiências, a geração de renda e a valorização pessoal e cultural de refugiados residentes no Brasil. Ao mesmo tempo, possibilita aos alunos o aprendizado de idiomas, a quebra de barreiras e a vivência de aspectos culturais de outros países [...]. O Abraço Cultural [...] tem por objetivo promover a troca de experiências, a geração de renda e a valorização dos refugiados. Através de nossas aulas – com metodologia e material didático próprios – queremos transmitir muito mais do que o aprendizado de uma nova língua: queremos quebrar preconceitos e barreiras culturais, aproximando diferentes povos em um único lugar.⁹

Atualmente, 34 professores trabalham no AC no Rio de Janeiro e em São Paulo. 15 mulheres e 19 homens. Os professores e professoras são nacionais do Benin, Camarões, Cuba, Egito, Haiti, Marrocos, Nigéria, Palestina, República Democrática do Congo, Síria, Togo, Venezuela e Uganda. As línguas faladas pela equipe de professores são árabe, bulu, coreano, crioulo haitiano, eno, espanhol, francês, iídword, inglês, iorubá, japonês, kikongo, lingala, português, russo e tshiluba. A maioria dos docentes é constituída por congoleses, sírios e venezuelanos. As professoras e professores possuem alto nível de escolaridade e são, via de regra, formados pelo ensino superior. Alguns estão estudando em universidades brasileiras.

9 Disponível em: <https://abracocultural.com.br/>. Acesso em: 2 jan. 2024.

O AC oferece cursos de árabe, espanhol, francês e inglês¹⁰. O material didático é produzido por sua equipe (professores, coordenadores e consultores). As aulas podem ser individuais, mas a maioria é oferecida no formato de cursos regulares semestrais ou intensivos de férias (nos meses de janeiro e julho). As turmas têm o limite de 12 alunos e alunas inscritos e os professores falam a língua de estudo desde o primeiro nível de aprendizado¹¹.

Questões sobre migração, política, religião, refúgio, racismo, gênero e sexualidade são exploradas no material didático e na abordagem dos conteúdos no cotidiano das aulas. Os cursos preveem “aulas culturais”, nas quais questões relativas à “bagagem cultural” da professora ou professor são exploradas. No curso de férias (julho de 2020), ministrado por uma professora síria-palestina, tivemos duas aulas culturais. A primeira abordou aspectos do conflito sírio (2011-atual), da Nakba (que marca o êxodo palestino de 1948) e a intensificação do processo de colonização da Palestina. A segunda aula mostrou a diversidade cultural da Síria através de sua culinária, realçando a influência de temperos palestinos, armênios e curdos. Ao ensinar a receita de um prato popular de Damascus, Tabakh Roho, a professora explorou como a culinária tem sido uma ferramenta importante para a memória e resistência de palestinos no exílio.

10 Em março de 2019, diante da pandemia de Covid 19, o curso passou a funcionar através da plataforma de videoconferência Zoom. Antes disso, os cursos eram oferecidos presencialmente em Pinheiros, na cidade de São Paulo e, na Tijuca e no Largo do Machado, na cidade do Rio de Janeiro. Com o formato *online*, o curso tem recebido estudantes de diferentes lugares e conseguiu manter o seu quadro de professores.

11 Excetuando-se o curso de árabe, os demais cursos, organizados em módulos, seguem o Quadro Europeu Comum de Referência (QECR), que define 6 níveis de competência: A1 e A2 (níveis elementares), B1 e B2 (níveis independentes) e C1 e C2 (níveis de proficiência).

Metodologia: AC e refazer a vida

A metodologia da pesquisa é a etnografia, desenvolvida a partir de trabalho de campo antropológico. Produzimos relatos baseados em experiências distintas, mas todos realizamos observação participante e mantivemos um diário de campo. A pesquisa foi conduzida a partir de nossas posições formais como professores do AC no Rio de Janeiro e, como aluna, no Rio e em São Paulo. Mirian teve a interlocução de professores do AC, Rio de Janeiro e São Paulo e da coordenação administrativa do Rio. De 2016 a 2018, foi aluna de árabe por períodos regulares e, depois, retomou o trabalho de campo, em maio de 2020, quando o curso já operava *online*. Em julho de 2020, foi aluna do curso intensivo de férias do AC São Paulo. Mohammed começou o seu trabalho de campo em novembro de 2020 no AC, Rio de Janeiro, onde é professor desde 2016. Sylvania começou o seu trabalho de campo em março de 2021, considerando seu lugar como professora no AC do Rio desde março de 2020.

Além da descrição de nossas observações a partir desses lugares, realizamos entrevistas com dez membros da equipe do AC nas quais abordamos o tema do racismo e de uma educação antirracismo. A partir de março de 2021, passamos a registrar as nossas experiências descrevendo a abordagem antirracismo. A exposição desse registro e as narrativas reunidas, a partir das entrevistas, são utilizadas de modo a não identificar os interlocutores, entre os quais dois autores deste texto, Sylvania e Mohammed. Os nomes mencionados correspondem a pseudônimos.

Nesta sessão sobre a metodologia, consideramos relevante; no entanto, nos identificar, expor como conhecemos o AC e nossa relação com o curso e qual o seu lugar no refazer da vida no exílio.

Mohammed

O momento mais feliz foi quando fui selecionado para trabalhar no Abraço. Eu trabalhava na rua vendendo esfihas e era explorado de uma forma ou de outra. Eu não trabalhava como autônomo. Eu trabalhava para alguém e o fluxo de vendas era muito fraco. Ser selecionado como professor no Abraço foi uma graça para mim. Como conheci o Abraço? Estava na minha primeira visita à Cáritas para pedir ajuda e orientação. E na fila conheci Adama. O fato de ela falar inglês me chamou a atenção principalmente porque eu não falava português na época. Como falo várias línguas, incluindo o inglês, consegui comunicar-me com ela e apresentei-me. Fiquei feliz por poder falar com alguém que entendo e que me entende. Adama é da Gâmbia. Ela é professora de inglês em uma escola no Brasil. Fiz várias perguntas sobre sua impressão da vida no país em geral. Ela se apresentou. Ela foi educada e respondeu com respostas positivas e motivadoras. Eu amei. Mantivemos contato. Depois de ser recebido e atendido pela Cáritas, já que na época estava sem domicílio fixo e em situação complicada, reencontrei Adama. Depois de algumas semanas, em Botafogo, a reencontrei por coincidência. Ela me convidou para ir com ela participar de uma aula cultural na escola onde ela trabalhava. Foi o primeiro contato com o Abraço Cultural. Abraço Cultural onde ela trabalhava. Onde eu agora trabalho e onde trabalhamos juntos (Diário de campo de Mohammed, janeiro de 2021).

Minha vida pessoal está diretamente vinculada ao tema da pesquisa que desenvolvo no Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Nasci no Norte da África na década de 1980. Não pretendo abordar detalhadamente as razões do meu exílio. Mas foi o conflito com autoridades locais, por causa do meu trabalho com migrantes, que me fez deixar o meu país. Na graduação em Marketing e no mestrado em Economia não trabalhei com o tema da migração.

Mas esse tema sempre me tocou. O Marrocos é um país de emigrantes, mas também de imigrantes. O tema do deslocamento não é estranho à realidade cotidiana marroquina. Tenho familiares e amigos em diferentes países. Assim como amigos de diversas nacionalidades que fiz no Marrocos.

Quando cheguei ao Brasil, em 2015, a experiência da migração forçada me levou a vivenciar e conhecer o regime de refúgio e o campo humanitário brasileiro. Fui atendido na Polícia Federal, lugar pelo qual todo migrante no Brasil precisa passar. Morei em uma Igreja, que acolhia refugiados, especialmente de língua árabe, oferecendo espaço de moradia. Trabalho como tradutor para diversas organizações humanitárias e para o Estado brasileiro. Participo de eventos acadêmicos e culturais sobre o tema do refúgio, como ator, músico e pesquisador (mestrando). Além disso, e mais central nesse projeto, sou professor do AC. Sou professor do AC desde 2016 e comecei o meu diário antropológico em novembro de 2020.

A estreita relação entre pesquisa e vida descrita acima não é algo estranho à pesquisa no campo das ciências sociais. Wright Mills aponta o fato de que determinados pesquisadores optam por não separar sua vida particular de sua pesquisa, “encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra” (Mills, 1969, p. 211).

Sylvia

Deixei Uganda em 2018 com minha filha de 1 ano e seis meses. Nasci na década de 1990 e nunca tinha pensado em viver em outro país. Eu já tinha minha formação superior, estava casada

e trabalhando em um banco. Estava feliz com minha família e amigos. Deixar Uganda não foi uma escolha. Devo dizer que, enquanto meu marido procurava uma bolsa de estudos de mestrado para mim em outros países, não estava muito engajada. Queria muito continuar meus estudos, depois de me graduar em Serviço Social na Kampala International University, mas não tinha o desejo de sair do país. Quando meu marido foi assassinado, tudo mudou para mim.

No Brasil, fui recebida pela família brasileira de Sheila, que vive no Rio de Janeiro. Ela se tornou amiga do meu falecido marido em uma conferência internacional de saúde no Havaí, Estados Unidos. Como refugiada no Brasil, foi Sheila que me guiou a uma organização humanitária e à Polícia Federal, onde pedi asilo. Morei com a família de Sheila por um ano e cinco meses, período no qual dei aulas particulares de inglês. Quando comecei a trabalhar no AC, pude pagar o aluguel de um pequeno apartamento para mim e minha filha. Esse momento de independência foi muito importante para minha família.

Conheci o AC em 2019 através de uma colega, Maimuna, também ela africana, mãe e professora do curso. Ela teve um papel muito importante não apenas para que eu conhecesse o curso, mas também para que me sentisse acolhida no Brasil. Quando a conheci, ainda estava impactada pelo racismo que vivenciei ao procurar o serviço social de uma organização humanitária no Rio de Janeiro. A assistente social dessa organização me disse que eu poderia, no Brasil, trabalhar apenas com serviço de limpeza. Eu deveria limpar espaços privados ou institucionais, porque não falava português. O racismo da assistente social me tocou profundamente.

No AC, conheci outras pessoas refugiadas (e também não refugiadas) com as quais compartilho experiências do meu cotidiano na sociedade brasileira, como o caso de racismo em uma organização humanitária. Por que aquela assistente social não concebeu outra atividade profissional para mim, embora ela estivesse ciente de que eu tenho formação superior, fluência em inglês e experiência profissional? Essa questão foi explorada no contexto do meu trabalho no AC.

O dia a dia de trabalho no AC contribui, certamente, para eu ter uma visão mais crítica da sociedade brasileira e do seu campo humanitário. No contexto do AC, compartilho com os estudantes experiências de racismo como a acima descrita. Também discuto xenofobia e os desafios de ser refugiada e mãe negra no Brasil. Esses são tópicos de discussão informal; mas também formal, a partir do material didático utilizado.

Particpei do processo seletivo do AC em janeiro de 2020, que envolve um intenso curso de formação. Esse curso é oferecido pela equipe do AC. Além de aprender questões relativas ao ensino da língua no que corresponde a seus aspectos gramaticais e formais, descobri que a proposta do AC se diferenciava das formas mais comuns de ensino de língua estrangeira. Ao invés de pensar a língua inglesa, por exemplo, no universo do Norte Global, com referências culturais da Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, o AC dá centralidade ao Sul. Ensinar inglês no AC me permite abordar a cultura de países africanos e, em especial, daqueles nos quais o inglês é uma língua oficial ou bastante falada, como Uganda, Quênia, Ruanda, Tanzânia, Nigéria e Gana.

A pesquisa antropológica no AC começou quando passei a participar de um projeto acadêmico do Grupo de Pesquisa sobre

Imigração e Refúgio do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. A partir de março de 2021, comecei a registrar e compartilhar minha experiência de ensino, o que eu penso e como desenvolvo uma abordagem antirracismo.

Mirian

Em 2016, era bolsista de estágio doutoral na Fundação Casa de Rui Barbosa, que na época sediava o Centro de Estudos em Direito e Política de Imigração e Refúgio¹². A minha pesquisa com pessoas afetadas pelo conflito sírio (2011-atual) me levou ao AC. Meu interesse pelo curso começou, porque alguns dos mais importantes interlocutores da pesquisa eram professores. Elas e eles me relataram como o seu trabalho como professores era fundamental para refazerem suas vidas no Brasil. Tal trabalho tinha um enorme impacto do ponto de vista econômico, mas também social. O AC teve um papel decisivo para que alguns interlocutores refizessem suas vidas.

“*Esse trabalho mudou a minha vida*”, Randa me disse em uma de nossas entrevistas. Ela estava feliz com o trabalho no AC, porque através dele tinha um salário e conhecia pessoas sensíveis ao tema do refúgio e ao relacionamento intercultural. No AC, Randa conheceu sujeitos que contribuíram para que ela conhecesse os códigos culturais da sociedade brasileira, que se comunicavam

12 Assim como outros três centros de pesquisa acadêmica sediados na FCRB, o CEDPIR foi extinto, em 2019. A extinção desses centros foi altamente questionada por pesquisadores, que denunciam um projeto de desmonte da pesquisa brasileira promovida pelo Governo Federal (2019-2022). Disponível em: <https://www.publish-news.com.br/materias/2020/01/09/demissao-coletiva-coloca-futuro-da-fundacao-casa-de-rui-barbosa-na-berlinda>.

em inglês com ela e a incentivavam no desenvolvimento de seu aprendizado da língua portuguesa. Diferente de outros lugares, no AC não havia risadas e jocosidade quando ela falava português com seu acento árabe.

Randa, assim como outros interlocutores, diferenciam o AC de organizações do campo humanitário com as quais mantinham relações e que mobilizam a linguagem da compaixão, apresentando-os como “vítimas que precisam ser salvas”. Randa tinha uma visão muito crítica da forma como as organizações humanitárias se propunham a ajudar as pessoas refugiadas. Harrell-Bond argumenta que a justificativa externa para financiar a estrutura institucional e administrativa, criada para distribuir ajuda, depende de maneiras específicas de retratar os refugiados como desamparados e desesperadamente necessitando de assistência internacional. Essa imagem reforça a visão de que pessoas de fora são necessárias para ajudá-los. Também condiciona o comportamento de quem ajuda, cujos interesses servem à patologização, medicalização e rotulagem do refugiado como desamparado e vulnerável (Harrell-Bonde, 2002).

No contexto do AC, meus interlocutores realçaram que se viam como agentes no processo de construção de uma nova vida no Brasil. Elogiavam especialmente a maneira como o curso utilizava sua imagem. O uso de sua imagem enquanto pessoa refugiada era vinculado a algo positivo: sua “bagagem cultural”.

Uma comunicação eficaz depende de elementos que ultrapassam as barreiras linguísticas. Por isso, nas nossas aulas, aproveitamos ao máximo aquilo que os/as nossos/as professores/as têm de mais incrível: a bagagem cultural. Assim, proporcionamos aos/às nossos/as alunos/as uma experiência única, em que outras culturas e novas perspectivas são apresentadas tanto durante as aulas de

língua estrangeira, quanto nos encontros que chamamos de “aulas culturais”¹³.

O trecho destacado foi retirado do *site* institucional do AC. A propaganda e a autoimagem preferida, e também seu diferencial no mercado de cursos privados de idiomas, são os professores refugiados e sua “bagagem cultural”. Nessa imagem, os professores não são conformados a um lugar vulnerável que tem sido amplamente questionado.

O que é a abordagem antirracismo do AC?

Professor de francês, Slimane

Eu considero minha aula com uma abordagem antirracista, porque dou visibilidade a pontos de vistas e sensibilidades estéticas que confrontam o racismo e o colonialismo. Faço isso a partir da literatura de autores marroquinos contemporâneos como Mohamed Choukri e Abdellah Taïa. Eles se tornaram escritores, descrevendo a realidade de suas vidas como pessoas pobres no Marrocos. Pessoas como eu sou. No AC eu posso abordar a língua a partir da história das pessoas da minha classe social.

Em *Al-Khubz al-Hafi* (*O pão nu*), Mohamed Choukri (1935-2003) conta sua infância e adolescência no Rif. Ele é de uma família amazigh, que se refugiou da pobreza e da fome em Tânger, e sofreu racismo por não ser árabe, francês ou espanhol.

*Éramos muitas as crianças a chorar a morte de meu tio.
Antes, eu só chorava por ter apanhado de alguém ou per-*

13 Disponível em: <https://www.abracocultural.com.br/cursos/metodologia/>. Acesso em: 20 maio 2021.

dido alguma coisa. Foi no tempo da grande fome no Rife. Da seca e da guerra [...]. Nós vamos emigrar para Tânger (Choukri, 1983, p. 9).

Choukri expôs as transgressões do Marrocos, um país muçulmano, e deu forte ênfase à descoberta de sua sexualidade. O seu livro foi censurado por muitos anos por ser considerado subversivo: “O pênis me coçava o dia inteiro. Me incomodava. Ficava nervoso e impaciente. Acariciava-o com os dedos para acalmá-lo. Ele se erguia e crescia” (Choukri, 1983, p. 31).

Passei o dia inteiro perambulando pelas ruas. Os corpos das mulheres me excitavam. Meti-me num banheiro público e me masturbei, pensando na bunda de uma mulher que me impressionara terrivelmente. Naquela noite, descobri que podia dormir no mercado Foundak Chajra. Custava só uma peseta. (Choukri, 1983, p. 82-3).

Eu sou professor de francês e tenho consciência de que a burguesia do Marrocos usa o francês para se diferenciar¹⁴. Mas a língua francesa não deve ser vista apenas como uma arma colonialista e expressão dos valores burgueses da elite marroquina ou francesa. Para ensinar francês, eu posso usar *Le pain nu*, a tradução francesa de *Al-Khubz al-Hafi*. Abdellah Taïa escreve em francês. Podemos aprender a língua francesa a partir de autores que questionam hierarquias de poder e visões coloniais do mundo. Eu não preciso usar apenas Flaubert e Zola em minhas aulas. Eu posso usar os textos escritos na primeira pessoa e autobiográficos de Taïa, com seus personagens tão complexos quanto os de Flaubert. Abaixo selecionei um trecho da carta de despedida do marroquino Ahmed para o seu amante francês, Emanuele. Nesse

14 Fanon oferece exemplos de pessoas negras que tentam falar a “língua francesa branca” (Fanon, 2008, p. 33) para que possam parecer superiores a outras pessoas negras. A língua francesa é usada como uma “máscara branca”.

trecho, ele tensiona as relações entre colonialismo e sexualidade. O trecho é parte de uma das cartas do livro de Abdellah Taïa, *Celui qui est digne d'être aimé* (Aquele que é digno de ser amado).

Você está exagerando, Midou. A França foi embora de Marrocos em 1956. E você mora aqui em Paris, alojado, alimentado, já faz muitos anos agora [...]. Do que está falando? Sou racista para você? [...]. Tudo entre nós acontece em francês, numa língua que não é a minha, e isso parece normal para você [...]. Deveria me acalmar, voltar à razão. Não brincar de complicar as coisas, não bancar a diva caprichosa [...]. Você está fascinado pelo Kamal. Estou vendo. Constato. E não chego a ter raiva dele. Ele tem razão de forçar, de te paquerar, de fazer como se eu não existisse na sua vida. Está apostando em uma solidariedade entre mim e ele. Uma solidariedade entre árabes homossexuais, para obter uma vingança pós-colonial (Taïa, 2018, p. 100-103).

Taïa permite questionar a ideia de que os gays fogem do mundo muçulmano, da África e encontram liberdade no Ocidente. Em Paris, cidade na qual vive desde 1998, Taïa pode ser mais livre em termos de sua sexualidade, mas enfrenta muitos desafios como um homem gay do Marrocos, africano, imigrante árabe e muçulmano. E ele escreve sobre isso. Sobre como é difícil ser colocado nesse lugar pequeno, racializado, de imigrante árabe e muçulmano que precisa ser salvo e, ao mesmo tempo, é criminalizado a cada esquina. Ele também questiona a gratidão que é cobrada aos imigrantes. Taïa tem um texto que produz desconforto. Não quer agradar aos franceses. A “ajuda” humanitária não o transformou em uma vítima agradecida.

A Paris que emerge em *Un pays pour mourir* (Um país para morrer), último livro de Taïa (2021), é uma cidade de migrantes. Zahira é uma prostituta marroquina. Aziz, que se torna Zanouba, uma transexual da Argélia. Taïa descreve o amor desses imigrantes por Paris, uma Paris racista, mas que também é deles.

Eu adoro Paris. É minha cidade. Eu não tenho cidadania francesa, mas ninguém pode me negar este direito. Este pertencimento. Paris é minha cidade, meu reino, meu caminho (Taïa, 2021, p. 49).

Em outra passagem do livro:

Isso se tornou minha especialidade. Os homens árabes ou muçulmanos de Paris. A maioria sem documentos. A maioria deles usada por essa cidade que os maltrata sem remorso por patrões franceses brancos que os exploram por debaixo dos panos sem sentir qualquer culpa (Taïa, 2021, p. 58).

Como marroquino no exílio, devo enaltecer que a grande fonte de inspiração da obra de Taïa vem dos deslocados, dos migrantes pobres e, sobretudo, de sua família e de sua vizinhança. A fonte é o Marrocos e as pessoas muçulmanas e pobres, como sua mãe, seu pai, seus dois irmãos e suas seis irmãs. 11 pessoas que dividiam uma pequena casa pobre do subúrbio de Saleh, Rabat. Os livros de Taïa mostram Djins, as emoções de sua família, a pobreza material e a riqueza cultural do Marrocos. Por último, como herdeiro de Choukri, Taïa não esquece as hierarquias de racismo no Marrocos. Em *Um país para morrer*, Allal pede Zahira em casamento. A mãe dela deu a recusa categórica:

Vá ao espelho Allal, e olhe para si mesmo. Você vê quem você é. Você vê bem? Entende agora? Zahira nunca será sua. Pelo menos não neste mundo [...]. Sou negro. Marroquino e negro. Marroquino, pobre e negro. Vocês, sua família e você, eram marroquinos, pobres, mas não eram negros (Taïa, 2021, p. 123).

Professora de inglês, Aisha

Eu definitivamente gosto de trabalhar com o TED da Chimamanda Adichie *How to tell a story* (*O perigo de uma história*

única), no qual ela problematiza as relações de poder que fazem algumas histórias se tornarem únicas.

Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “nkali”. É um substantivo que livremente se traduz: “ser maior do que o outro.” Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa (Adichie, 2019, p. 20).

A proposta do AC é oferecer outras histórias do Sul Global. Outro dia, uma pessoa da equipe do curso, que produz o material didático do AC, me escreveu pedindo sugestões de nomes do meu país. Eu enviei alguns nomes e, de fato, eles entraram no material didático. Eu acho que isso faz muita diferença e pode ser visto como um esforço de descolonização da produção de conhecimento no campo do ensino de línguas.

Adichie diz que histórias têm sido utilizadas para expropriar, para destruir a dignidade de um povo. Mas ela também diz que as histórias (que não são únicas) também podem ser “usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida” (Adichie, 2019, p. 31).

A abordagem antirracista está presente nas minhas aulas, certamente; mas também no AC, de uma maneira mais global ao mostrar no seu cotidiano que pessoas negras também produzem,

por exemplo, literatura. Outro trecho do TED de Chimamanda merece destaque:

Devido a escritores como Chinua Achebe e Camara Laye eu passei por uma mudança mental em minha percepção da literatura. Eu percebi que pessoas como eu, meninas com a pele da cor de chocolate, cujos cabelos crespos não poderiam formar rabos-de-cavalo, também podiam existir na literatura (Adichie, 2019, p. 9-10).

Como nigeriana, e assim como a sua personagem Ifemelu de *Americanah*, Chimamanda Adichie não conhecia a questão racial e o racismo, antes de viver na América. Ela se viu construída a partir de estereótipos e descobriu que o problema do estereótipo, como diz no TED, é sua incompletude. Em *Americanah*, ela descreve os desafios de Ifemelu na Nigéria e nos Estados Unidos, explorando o seu cotidiano e mostrando as complexidades de suas angústias, desconfortos, prazeres e dúvidas. O texto de *Americanah* não mostra uma história única da sua personagem protagonista, uma jovem nigeriana de classe média vivendo nos Estados Unidos, na era pré-Obama. *Americanah* me permite abordar as relações de trabalho no capitalismo, a sexualidade, o exílio, o racismo, o feminismo, a moda, a mídia etc.

Professora de inglês, Nasiche

Eu gosto de usar textos da escritora ugandense contemporânea Jennifer Nansubuga Makumbi. Ela mostra as complexidades de Uganda e a diversidade das mulheres. Cresci muito orgulhosa e ansiosa por me tornar uma mulher ugandense. Não me sinto diminuída pelo patriarcado da minha sociedade. Acho que livros como *Kintu*, *A girl is a body water* e *First woman* mostram a potência e a força das mulheres em uma sociedade fortemente

patriarcal. A força das mulheres de Uganda, da minha mãe, irmãs e avós, assim como de todas as mulheres africanas ou da diáspora negra, não pode ser silenciada pelo mito da mulher branca emancipada.

Jennifer Makumbi me permite mostrar a diversidade e a força das mulheres em Uganda.

Eu pretendia mostrar diferentes pontos fortes e diferentes ideias de consciência do feminismo. A razão para isso é que cresci com mulheres, que agora, olhando para trás, diria que eram feministas, mas elas nunca, jamais se descreveriam como feministas. [Risos] Mas suas ações, do jeito que eram, para mim falam do feminismo¹⁵.

Jennifer Makumbi não se esforça para dizer que uma mulher é feminista, porque essa palavra também é estrangeira e até certo ponto não entendemos totalmente o que ela quer dizer. A palavra utilizada para expressar a força das mulheres é *mwenkanonkano*. Em *A girl is a body water*, Tia Abi provavelmente é uma feminista, mas ela não se vê como tal. Ela é apenas uma mulher que está certificando-se de que vive sua vida da maneira que lhe cabe. Até a tia-avó Nsangi é feminista; mas, como diz Makimba, “seu tipo de feminismo é ridículo. [Risos] Ela só é feminista quando lhe convém, e ela é opressora quando lhe convém”¹⁶.

A literatura de mulheres como Jennifer Makumbi me permite explorar o que no Norte se pensa como feminismo. Eu gosto de

15 Entrevista de Jennifer Makumbi para Jill Owens publicada em 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.powells.com/post/interviews/powells-interview-jennifer-nansubuga-makumbi-author-of-a-girl-is-a-body-of-water>.

16 Entrevista de Jennifer Makumbi para Jill Owens publicada em 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.powells.com/post/interviews/powells-interview-jennifer-nansubuga-makumbi-author-of-a-girl-is-a-body-of-water>. Acesso em: 22 out. 2024.

abordar o trabalho de mulheres que lutam contra as estruturas de opressão de gênero na esfera política, mas também simplesmente enaltecer as mulheres que sobrevivem, cada uma à sua maneira, aos desafios colocados por essas estruturas em seu cotidiano.

Por último, deixe-me dizer que as autoras do chamado Sul Global são muito importantes para o aprendizado, especialmente de minhas alunas. Eu acredito que o engajamento e o interesse diante de certos temas, como feminismo e racismo, têm muito a contribuir para o aprendizado da língua. O feminismo tem sido pensado de forma muito atraente por escritoras africanas e migrantes que escrevem em inglês. Escritoras como Jennifer Makumbi, Chimamanda Adichie, Yaa Gyasi e Monica Ali são mulheres muito interessantes, que desafiam estruturas de poder com a enorme sensibilidade dos seus textos. Trabalhar com essas autoras é desenvolver uma abordagem antirracismo, você não acha?

Considerações finais

Resultado do encontro entre duas pesquisadoras negras, uma brasileira e uma ugandense, e um pesquisador árabe-africano, este texto buscou dar visibilidade à abordagem antirracista de professores e professoras refugiadas no Brasil e, ao mesmo tempo, enfatizou a contribuição de *Barracoon* (Hurston, 2018) para o campo do refúgio e da migração forçada. A narrativa de Zora Hurston não reduz Kossula ao papel de “última carga” e de uma mera vítima da migração forçada. Ao contrário, menos ênfase nos traumas e dores da despossessão, escravidão e racismo. *Barracoon* valoriza os eventos cotidianos da existência de Kossula, a reconstrução da sua vida no exílio, sua enorme capacidade de “juntar pedaços e viver no próprio lugar da devastação” (Das, 2007, p. 8).

Aproximamos Hurston e Das, duas antropólogas do Sul Global, embora de gerações distintas, mas que compartilham da atenção a uma agência que emerge na “descida ao cotidiano”. Construímos este texto a partir de uma estrutura narrativa que busca realçar a agência de nossas interlocutoras e interlocutores ao refazerem suas vidas no exílio. Descrevemos iniciativas que demonstram uma agência significativa em sua capacidade para superar os obstáculos que enfrentam, como racismo no atendimento humanitário, acesso à saúde, educação, moradia e processos legais, desafiando a percepção de que não atuam em sua própria “ajuda”.

Apresentamos dados que colaboram para a produção crítica sobre a ajuda humanitária (Harrell-Bonde, 1986; Malkki, 1995; Pacitto; Fiddian-Qasmieh, 2013; Bauer-Amin, 2017; Carpi, 2020; Souza; Manfrinato, 2020). O “outro” humanitarismo do AC mostra que existem respostas humanitárias fora do Norte e com uma perspectiva antirracista. Os dados mostram que “refugiados acolhem refugiados” e que a resposta humanitária pode apresentar outras imagens das pessoas refugiadas, rompendo com a retórica na qual são apenas “corpos que precisam ser salvos”. O AC mobiliza uma linguagem humanitária de solidariedade e compaixão, mas também articula uma gramática de direitos e de justiça social.

A abordagem antirracista do AC soma-se a outras experiências de descolonização do conhecimento (Nascimento, 2019; Ferreira; Camargo, 2013; Ferreira, 2014). O antirracismo que emerge na abordagem exibida está em diálogo direto com a literatura do Sul Global, que se opõe a uma representação hegemônica branca do mundo. Autores como Abdellah Taïa e Jennifer Makumbi possuem textos que, se trabalhados em sala de aula, permitem o desenvol-

vimento de uma perspectiva crítica aos racismos, ao colonialismo, ao humanitarismo, às desigualdades de classe e às hierarquias de gênero. Essa literatura produz bastante desconforto ao confrontar diretamente estruturas de poder ou simplesmente exibir a agência de sujeitos silenciados por “histórias únicas” (Adichie, 2019).

Referências

ADI, Ashjan Sadique; ODEH, *Muhammad*; ALI, *Ahmad*. Para além dos retratos comuns sobre a condição de refúgio e de migração: narrativas de mulheres palestinas sobre seu protagonismo no Brasil. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, v. 14, p. 219-233, 2021.

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BILLAUD, Julie; DELAURI, Antonio. Humanitarian Theatre: Normality and the carnivalesque in Afghanistan. In: DELAURI, Antonio (org.). *The Politics of Humanitarianism*. New York: Tauris, 2016. p. 57-76.

CARPI, Estella. The borderwork of humanitarianism during displacement from War-torn Syria. In: BARBAR, Zahra. *Mobility and forced displacement in the Middle East*. London: Hurst & Company, 2020. p. 33-53.

CHOUKRI, Mohammed. *O pão nu – A descoberta do mundo e do corpo por um menino marroquino*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

COATES, Ta-Nehisi. *Entre o mundo e eu*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

COSTA, Denise Ferreira; RODRIGUES, Vera. Zora Hurston entre nós. *Ayê: Revista de Antropologia*, v. 1, p. 29-39, 2021.

DAS, Veena. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

FASSIN, Didier. Refugees, Anthropology, and Law. In: CALLAN, Hillary. *The International Encyclopedia of Anthropology*. Oxford: Wiley & Sons, 2019. p. 1-10.

FERREIRA, Aparecida de Jesus, Teoria Racial Crítica e Letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 14, p. 236-263, jul./out. 2014.

FERREIRA, Aparecida. De J.; CAMARGO, Mábia. O racismo cordial no livro didático de língua inglesa aprovado pelo PNLD. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 12, nov. 2013. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revista-abpn1/article/view/182>. Acesso em: 9 jan. 2024.

FERRIS, Elizabeth. Faith-based and secular humanitarian organizations, *International Review of the Red Cross*, v. 87, n. 878, p. 311-325, 2005.

GIBNEY, Matthew J. Between Control and Humanitarianism: Temporary Protection in Contemporary Europe. *Georgetown Immigration Law Journal*, v. 14, n. 3 p. 689-708, 2000.

GILROY, Paul. *Against Race: Imagining Political Culture beyond the Color Line*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

GOLDBERG, David Theo. *The Anatomy of Racism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

HAMID, Sonia C. *(Des) Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília. DF, 2012.

HARRELL-BOND, Barbara. Can humanitarian work with refugees be humane? *Human Rights Quarterly*, v. 24, n. 1, p. 51-85, 2002.

HERZFELD, Michael. Review. Life and words: violence and the descent into the ordinary. *Journal of Anthropological Research*, v. 65, n. 1, p. 171-73, 2009.

HURSTON, Zora. *Barracoon. The story of the last “Black Cargo”*. New York: Amistad, 2018.

LIMA, Roberto Kant. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 22-38, 1999.

MALKKI, Liisa. Refugees and exile: from ‘refugee studies’ to the national order of things. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 495-523, 1995.

MALKKI, Liisa. Children, Humanity, and the Infantilization of Peace. In: TICKTIN, Miriam; FELDMAN, Ilana. *In the Name of Humanity: The Government of Threat and Care*. Durham: Duke University Press, 2010. p. 58-85.

MILLS, Charles Wright. Do Artesanato Intelectual (Apêndice). In: MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p. 211-244.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. Militarização e Direitos Humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. *Fórum Sociológico*, versão online, v. 25, p. 11-22, 2014.

MEDEIROS, Flavia; ANJOS, Priscila. Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC. *PONTO URBE*, v. 1, p. 1-17, 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. Raça e resistência ao racismo em atividades de língua inglesa no Sul da Bahia. *Revista X*, Florianópolis, v. 14, p. 121-137, 2019.

NAVIA, Angela Facundo. *Êxodos e refúgios: colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil*. 2014. 405 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PACITTO, Julia; FIDDIAN-QASMIYEH, Elena. Writing the “Other” into humanitarian discourse: framing theory and practice in South-South humanitarian responses to forced displacement. *Working Paper Series*, n. 93, 2013. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/55c9f5344.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PLANT, Debora G. Afterword and Additional Materials. In: HURSTON, Zora. *Barracoon: the story of the last “Black Cargo”*. New York: Amistad, 2018. p. 221-258.

SCHIOCCHET, Leonardo. Integration and Encounter in Humanitarian Tutelage. In: KOHBACHER, Josef; SCHIOCCHET, Leonardo. *From Destination to Integration – Afghan, Syrian and Iraqi Refugees in Vienna*. Vienna: Austrian Academy of Sciences Press, 2017. p. 9-36.

SOUZA, Mirian Alves; MANFRINATO, Helena de Moraes. Refugees of the Syrian conflict and the struggle for housing in Brazil. In: SCHIOCCHET, Leonardo; MOKRE, Monika; NÖLLE-KARIMINI, Christine (org.). *Agency and tutelage in forced migration*. Viena: ROR-n e OAW, 2020. p. 119-125.

SOUZA, Mirian Alves. Decote e Hijab nas notas da etnografia com mulheres do conflito sírio. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal: RN, v. 1, n. 56, p. 62-85, 2020.

TAÏA, Abdellah. *Um país para morrer*. São Paulo: Nós, 2021.

TAÏA, Abdellah. *Aquele que é digno de ser amado*. São Paulo: Nós, 2018.

TICKTIN, Miriam. Sexual violence as the language of border control: Where French Feminist and Anti-immigrant Rhetoric Meet. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 33, n. 4, p. 863-889, 2008.

WALKER, Alice. In Search of Zora Neale Hurston. In: HURSTON, Zora. *Barracoon: The story of the last “Black Cargo”*. New York: Amistad, 2018. p. 175-201.